CRIME DE ASSÉDIO SEXUAL CONTRA MULHER NO TRABALHO

RESUMO

O presente estudo teve por objetivo abordar o tema “Assédio Sexual contra Mulher no Trabalho” em caráter exploratório, por meio da pesquisa bibliográfica; e culminou na “pesquisa *in loco*” onde o pesquisador realizou “o estudo de caso” concreto de assédio sexual da parte de um empresário contra uma funcionária, e descreveu e analisou a trajetória do fato, e resguardando os dados da vítima por tratar-se de segredo de justiça. Dos procedimentos metodológicos para fechar com o Estudo de Caso real, o método utilizado na pesquisa foi o Indutivo, com formulários na pesquisa *in loco* à Delegacia da Mulher em Natal RN. E no contato direto com a vítima, se pode acessar o fato, a atuação da polícia judiciária, a justiça criminal especial e a justiça do trabalho; partindo de pormenores do caso concreto até a sentença, que ainda não transitou em julgado. Para responder a questão da pesquisa: quais elementos da realidade que solidificaram o assédio sexual da mulher? Para tanto na abordagem histórica detectou-se o tratamento abusivo da cultura machista em face da mulher desde a antiguidade, fator que reflete no conceito moderno de assédio sexual. E de resultado, a problemática da pesquisa revelou que a História deixou um grande rastro de tratamento de inferioridade, e menor importância à mulher. E por fim, estes aspectos socio históricos são a conexão temporal linear no passado e que ainda mantêm a mulher vítima de exploração de seu gênero, no tempo presente sob o instituto do assédio sexual.

Palavras-Chave: Crimes contra Dignidade Sexual; Assédio Sexual; Assédio Contra Mulher no Trabalho.

1 INTRODUÇÃO

Este escrito científico tem como objetivo abordar o tema “Assédio Sexual contra Mulher no Trabalho” em caráter exploratório do conceito, a partir da utilização de ferramentas metodológicas como a pesquisa bibliográfica, a pesquisa *in loco* para assim acessar e abordar “o estudo de caso” onde está apresentado um caso concreto,

descrevendo e analisando o enredo do fato desde o início do assédio no trabalho com vistas à sentença.

Antes de adentrarmos ao tema, realizamos uma abordagem histórica do tratamento conferido a mulher e o assédio, passando pela Grécia, pela Bíblia Sagrada, era da escravidão, da Declaração dos Direitos da Mulher Cidadã, do voto feminino até a atualidade.

A problemática da pesquisa parte de que a História deixou um grande rastro sobre a inferioridade, e tratamento de menor importância que tinha a mulher. Sendo pertinente apresentar os aspectos históricos da mulher na sociedade. Fazendo a conexão temporal linear do passado e do presente da realidade da mulher frente à exploração de seu gênero com ênfase no conceito de assédio.

Como questão da pesquisa: quais fatores históricos da realidade que solidificaram o assédio sexual contra a mulher?

Superado os aspectos históricos adentra-se no tema assédio sexual da atualidade; apresentando a definição; descrevemos os elementos que caracterizam o conceito; os tipos; demonstramos o assédio sexual à luz de vários ramos do direito: trabalhista, criminal, processual e a tratativa do tema crime de assédio como crime de menor potencial ofensivo sendo processado e julgado com fulcro na lei 9099/95.

O estudo mostra a opinião da doutrina jurídica no tocante ao crime de assédio sexual no trabalho; fazendo também uma abordagem conforme o entendimento da psicologia.

Incluem nos capítulos uma pequena, porém substancial seleção de julgados das cortes brasileiras, acerca de casos comentados de condenação de abuso sexual no trabalho.

Estão expostos dados de pesquisas de institutos diferentes, que mostram a posição da mulher nas empresas brasileiras, e também a quantidade delas que sofrem assédio sexuais no mundo e no Brasil (CUNHA; VAZ, MARQUES, 2018).

No último capítulo esta pesquisa apresenta com precisão um relato do caso concreto, fruto de seleção criteriosa, com riqueza de detalhes dos fatos, suprimindo o nome das pessoas envolvidas e números processuais por se tratar de segredo de justiça.

A motivação pela pesquisa do tema visa apresentar matéria de grande importância para comunidade científica; mostrando um norte para o problema do

Crime de Assédio Sexual contra Mulher no Trabalho, e visa apontar soluções para gerações presentes e futuras.

Acerca da estrutura capitular do estudo aqui iniciado, serão apresentados: os tipos de assédio sexual; a abordagem nos ramos do direito; jurisprudências; leis positivadas; o entendimento dos doutrinadores e dos tribunais nos casos concretos. E finaliza o trabalho com o caso concreto e a conclusão.

Longe de esgotar o tema, algo que é precisamente impossível na Ciência Jurídica, ficará a contribuição necessária aqui registrada nesta especialização em Direito Penal e Processo Penal, por meio da abordagem e apresentação do tema.

2 ASPECTOS HISTÓRICOS DO TRATAMENTO CONFERIDO A MULHER E DO ASSÉDIO

A História deixa rastros, nos identifica enquanto indivíduos; no tocante a moral, a História responde perguntas da atualidade; a História explica comportamentos; a História nos define. Nesta linha de raciocínio, o presente trabalho só cumprirá seu objetivo, contribuindo com a comunidade científica, se trouxermos os aspectos encontrados na História relacionados à mulher e o assédio.

Neste diapasão, traçamos um caminho histórico, um tempo linear desde os tempos mais remotos: dos filósofos gregos, da bíblia sagrada, da escravidão; tempos posteriores como: a declaração dos direitos da mulher cidadã, do voto feminino, até a atualidade.

Alguns indivíduos elevam seu espírito a um nível capaz de fazer o bem, respeitam a mulher enquanto membro da sociedade, como sendo digna do exercício dos mesmos direitos que os homens. Sujeitos que contrariam a História; exercendo um comportamento ético na atualidade, não submetendo a mulher (considerada parte mais frágil, segundo a bíblia sagrada) a tratamentos desumanos.

Ab ovo, existem nécios, incultos, que tratam a mulher como mero objeto, sem permitir que ela desfrute de qualquer direito, e subjugando a mulher tratando a mesma como mero instrumento para que assim se realize e satisfaça com lascívia pessoal o seu algoz. A linha histórica descreve bem tais personalidades, portanto, assim abordamos tais aspectos temporais neste modesto ensaio científico.

O trecho da obra ora citada, remonta um tanto o pensamento masculino em relação a fêmea.

Na boca do homem o epíteto “fêmea” soa como um insulto; no entanto, ele não se envergonha de sua animalidade, sente-se, ao contrário, orgulhoso se dele dizem: “É um macho!” O termo “fêmea” é pejorativo, não porque enraíze a mulher na natureza, mas porque a confina no seu sexo ¹ (BEAUVOIR, 1970, p.25, *apud*, HIGA, 2016, pg.485).

Factualmente ao longo das gerações a figura masculina é tida como o provedor do lar; responsável por prover a segurança e o sustento da família. A mulher ocupava um papel de menor destaque, sendo esta a responsável pelas obrigações domésticas e por gerar filhos (HIGA, 2016)..

Adonai² disse: “Sejam férteis, multipliquem-se, encham a terra (BÍBLIA, 2010, p.74)”³. Essa era a palavra de ordem aquele momento da História, no qual, inclusive, o homem poderia se deitar com outras mulheres, para assim, gerar filhos e multiplicar sua descendência (BÍBLIA, 2010).

Esse discurso possui lastros jurídicos, filosóficos e religiosos bastante remotos e arraigados em quase todas as culturas, que são, em larga medida, responsáveis pela reprodução atávica de grande parte dos modelos atuais de relações de poder. O Código de Manu punha as mulheres sob o jugo dos homens durante toda a vida, declarava-as inclinadas a desgraçar suas famílias, designava-as aos ofícios do lar e à purificação do corpo e afirmava que sua felicidade suprema e respeito só eram alcançados mediante o casamento com a intenção de ter filhos. Aristóteles, por sua vez, apesar de defender a alternância de poder, a liberdade e a igualdade entre os homens – numa acepção que excluía os predestinados à escravidão –, foi categórico ao ressaltar que “quanto ao sexo, a diferença é indelével: qualquer que seja a idade da mulher, o homem deve conservar sua superioridade” (ARISTÓTELES, 2006, p. 33 in: HIGA, pg. 486, 2016).

¹ Citação da obra BEAUVOIR, Simone de. O segundo sexo: 1. fatos e mitos. 4. ed. Tradução Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970. In: HIGA Flávio da Costa. **Assédio Sexual No Trabalho E Discriminação De Gênero: Duas Faces Da Mesma Moeda?** 485p. 2016.

² É o título de superioridade utilizado para Deus na Bíblia Hebraica.

³ Gênesis 1:28, Bíblia Sagrada Judaica, pg. 74.

A transcrição feita da obra escrita por Flávio da Costa Higa (2016) faz ponte com o texto bíblico, no tocante a forma na qual as mulheres eram tratadas.

A pregação bíblica remonta fato histórico, momento em que a mulher foi a responsável pela entrada do pecado no mundo⁴, e levar seu marido também a pecar (BÍBLIA, 2010). Em face da atitude da mulher, esta recebeu como sanção dar à luz aos filhos sob fortes dores no parto⁵ (BÍBLIA, 2010) e entregando o domínio da mulher ao homem.

Possivelmente a sanção bíblica levou a efeito os atos de algozes em tempos seguintes da época bíblica; uma vez que em interpretação às avessas da pena instituída às mulheres no texto bíblico, homens passaram a tratá-las como objetos, decidindo suas vidas e suas vontades; embora necessariamente não haja uma influência de ordem religiosa para o cometimento de atos de maus-tratos em face ao sexo feminino; é possível que esse entendimento de dominar a mulher passou de geração em geração, e cada uma das gerações interpretou a punição sentenciada por Deus, da forma que mais lhe fosse conveniente.

O livro sagrado ainda expõe uma situação que representa com perfeição o poder do homem sobre a mulher; momento em que Abrão tomou pra si a serva Hagar e coabitou com esta, gerando filho para Sarai, esposa de Abrão que era estéril⁶ (BÍBLIA, 2010). No fato histórico descrito restou claro o quanto a mulher era submissa e tida por sendo de propriedade do homem.

O aspecto histórico exposto neste documento científico, não apenas no âmbito internacional como também no Brasil. A Consolidação das Leis do Trabalho promulgada no ano de 1943, trouxe em seu arcabouço jurídico o artigo 446⁷, que deixava sob a decisão do marido rescindir o contrato de trabalho da mulher. Mostrando assim, o forte poder patriarcal do homem e sua influência sobre a mulher (BRASIL, 1943). A realidade então em linhas:

⁴ Gênesis 3:6, Bíblia Sagrada Judaica.

⁵ Gênesis 3:16, Bíblia Sagrada Judaica.

⁶ Gêneses 16:2 e 4, Bíblia Judaica pg.86.

⁷ CLT/1943, Art. 446 - Presume-se autorizado o trabalho da mulher casada e do menor de 21 anos e maior de 18. Em caso de oposição conjugal ou paterna, poderá a mulher ou o menor recorrer ao suprimento da autoridade judiciária competente. Parágrafo único. Ao marido ou pai é facultado pleitear a rescisão do contrato de trabalho, quando a sua continuação for suscetível de acarretar ameaça aos vínculos da família, perigo manifesto às condições peculiares da mulher ou prejuízo de ordem física ou moral para o menor. (Revogado pela Lei nº 7.855, de 24.10.1989).

Ante tal quadro, o assédio sexual também pode ser epistemologicamente compreendido como forma de discriminação sexual, conforme expressamente reconhecido pela Diretiva 2002/73/CE do Parlamento Europeu (...). No âmbito latino-americano, a Costa Rica chegou à mesma conclusão, baseada nos princípios constitucionais de respeito pela liberdade e pela vida humana, do direito ao trabalho e de igualdade, bem como em documentos internacionais de combate à discriminação, com destaque para a Convenção Interamericana para Prevenir, Sancionar e Erradicar a Violência contra a Mulher (HIGA, 2016, p.490-491).

Cumpra ainda trazer à baila no tocante ao trato concedido a mulher; importa abordar estes aspectos históricos na era da escravidão.

Viajantes que visitaram as grandes propriedades do Caribe Britânico durante as últimas décadas da escravidão** [...]

Alguns membros da elite também se mostravam preocupados com o poder extremo dos senhores em intervir e manipular a vida social dos escravizados, especialmente no que concerne à sua capacidade de reprodução sócio-biológica. Ideologicamente, os senhores de escravos aceitavam como fato o seu direito de explorar plenamente todas as capacidades dos escravos como parte de seu atributo de senhor e investidor, para maximizar seus lucros e ganhos sociais.

Concretamente, isso significava, entre outras coisas, que os senhores retinham o poder de obter amplos benefícios sócio-sexuais de seus escravos como uma forma legítima de retorno de investimento, bem como importante parte da extensão do poder senhorial.

Sendo assim, a escravidão nas ilhas caribenhas levou à institucionalização legal e consuetudinária do direito dos senhores ao acesso irrestrito ao corpo escravizado, incluindo a exploração sexual, como um produto intrínseco e discreto de seu investimento (PINCKARD, 1806; WALLER, 1820; THOME e KIMBALL, 1838; STURGE e HARVEY, 1837; DICKSON, 1789; BAYLEY, 1833).

[...]

Um primeiro âmbito de investigação aponta para o violento acesso dos senhores ao corpo da mulher escravizada, e a venda dos serviços dessas pessoas no mercado da prostituição. Leis não permitiam que escravos recusassem as demandas sociais de seus senhores, por outro lado, previam punições para escravos recalcitrantes, desobedientes e rebeldes. O estupro, como forma ou grau de violação sexual perpetrado contra a mulher escrava por homens – negros, brancos, livres ou escravizados – não era considerado

uma ofensa legal, e evidências de tais ações não aparecem nos registros de processos legais.

[...] os homens brancos numa convergência de dominação racial, sexual e de classe sobre a mulher escrava gerou uma totalidade de terror e tirania. O patriarcado judicial apoiou e respaldou a representação ideológica da supremacia branca, iluminando a masculinidade hegemônica colonial. (BECKLES, 2011, p.2-3).

Como disse Oliveira (2016) pode depreender do artigo transcrito, os escravocratas eram donos dos seus escravos e tinham poder sobre o corpo dos seus escravos, e conseqüentemente, também o acesso ao corpo no tocante à utilização deste para o prazer sexual. Tal ato era visto como um retorno ao investimento do senhor dono do escravo, podendo explorar o corpo da mulher como desejasse, sem qualquer restrição.

A legislação da época garantia aos senhores de escravos o direito de exercer vontade sobre os escravos ao passo que a escrava não tinha qualquer direito de rejeitar o seu senhor. Oliveira (2016) argumenta que estando a mulher escrava plenamente disponível para o seu senhor escravocrata, devendo atender a todos os seus desejos e exigências. A mulher novamente é apresentada como mero objeto, para atender os desejos alheios, sem qualquer possibilidade de oposição.

Ao observar os anais da História, conforme – paulatinamente – vão se acessando as camadas, revelando época a época, segundo Zamboni e Oliveira (2016) pode-se compreender que o poder masculino por sobre a ente mulher era exercido livremente, como já esboçado, inclusive com o reconhecimento legal desse exercício de poder.

Embora já tenhamos evoluído em comparação a escravidão; em tempos contemporâneos ainda nos deparamos com comportamentos machistas, com demonstração de poder com fito de satisfação sexual, impondo sobre a mulher situação deveras vexatórias.

O termo “assédio” encontra significado no dicionário Michaelis (2019)⁸ como sendo: Insistência impertinente, em relação a alguém, com declarações, propostas, pretensões etc. Já a palavra Assédio Sexual apresenta o significado: a) insistência

⁸ MICHAELIS. Dicionário Michaelis. Dicionário acessado no sítio eletrônico do editor. Editora Melhoramentos Ltda. 2019. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/busca?id=Gp7M>> acessado em 16 mar. 2019.

inoportuna com intenções sexuais; b) constrangimento em alguém com o intuito de obter favorecimento sexual, prevalecendo o agente de sua condição de superior hierárquico (MICHAELIS, 2019).

Conforme apresenta a História sobre o tema, segundo Higa (2016) o termo empregado como “assédio sexual” foi introduzido na década de 70. Pesquisadores norte americanos da Universidade de Cornell⁹, passaram a analisar o ambiente laboral, observando a conduta do superior hierárquico com a conotação sexual, Rodolfo Pamplona Filho (2019) indica que pelo fato de possuir um poder em relação ao seu subordinado, tipificando, portanto, a conduta com conotação sexual, a imposição desta condição superior para obter vantagem de natureza sexual sobre o subordinado, como sendo o termo assédio sexual (PAMPLONA FILHO, 2019).

No panorama histórico não apenas se evidencia o aspecto da mulher enquanto serviçal, e/ou, escrava do homem, mas também se apresentam fatos em nossa biografia mundial, relatos que merecem ser lembrados, principalmente pelo tocante a legislação que traria direitos as mulheres, devendo esta última ser valorizada em sociedade dotadas do exercício dos mesmos ao serem direitos conferidos equitativamente aos homens.

Importa relatar poranduba¹⁰ (MICHAELIS, 2019) na pessoa Marie Gouze, militante dos Direitos Humanos, fez frente à luta contra a escravidão e os direitos das mulheres. No ano de 1791 propôs a Declaração de Direitos da Mulher e da Cidadã; que foi apresentada a Assembleia Nacional da França (DIREITOS HUMANOS, s.d.).

Embora o documento jurídico tenha sido rejeitado, este tratava de direitos importantíssimos para a mulher, retirando o aspecto da mulher enquanto objeto, a tornando uma cidadã. Assim transcrevemos o preâmbulo extraído da Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã de 1791 (DIREITOS HUMANOS, s.d.)¹¹:

Mães, filhas, irmãs, mulheres representantes da nação reivindicam constituir-se em uma assembléia nacional. Considerando que a ignorância, o menosprezo e a ofensa aos direitos da mulher são as únicas causas das

⁹ Artigo: Rota dos Feminismos contra o Assédio Sexual acessado no sítio eletrônico da rede mundial de computadores no endereço: https://sites.google.com/site/rotadosfeminismos/home_pt/diario-de-bordo/olhar-historico, em 06/03/19.

¹⁰ Narrativa de fato histórico Poranduba: po-ran-du-ba. sf. Notícia ou relato de fatos históricos. ETIMOLOGIA. Tupi-Porandúwa.

¹¹ DIREITOS HUMANOS. Declaração dos direitos da mulher e da cidadã – 1791. [...]. Olympe de Gouges. (França, Setembro de 1791) [...]. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-antigos-%C3%A0-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1919/declaracao-dos-direitos-da-mulher-e-da-cidada-1791.html>> Acessado em 14/03/19.

desgraças públicas e da corrupção no governo, resolvem expor em uma declaração solene, os direitos naturais, inalienáveis e sagrados da mulher. Assim, que esta declaração possa lembrar sempre, a todos os membros do corpo social seus direitos e seus deveres; que, para gozar de confiança, ao ser comparado com o fim de toda e qualquer instituição política, os atos de poder de homens e de mulheres devem ser inteiramente respeitados; e, que, para serem fundamentadas, doravante, em princípios simples e incontestáveis, as reivindicações das cidadãs devem sempre respeitar a constituição, os bons costumes e o bem estar geral (DIREITOS HUMANOS. 1791).

Acredita-se que este instrumento jurídico, mesmo não tendo sido aprovado, lançou no arcabouço jurídico mundial, sementes jurídicas face aos direitos e conquistas das mulheres.

No Brasil até pouco antes do ano de 1932, a mulher não existia (no tocante a ser considerada cidadã), pois não existia lei federal que lhe garantisse o direito ao exercício do voto. E foi em 24 de fevereiro de 1932 com a redação final do Código Eleitoral, pelo Decreto nº 21.076/1932 (BRASIL, 1932), que se considerou eleitor “o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo [...]” (BRASIL, 2000).¹²

Outra lei fundamental estava contida no artigo 108, da Carta Magna brasileira de 1934, que veio reconhecer o direito ao voto para brasileiros de ambos os sexos maiores de 18 anos (BRASIL, 1934).

Importa ressaltar neste diapasão que anteriormente ao estado legislar sobre lei federal, no tocante ao voto feminino, segundo Vainsencher (2019) no Rio grande do Norte, Estado parte da Federação Brasileira; no ano de 1926 foi incluída uma emenda à lei eleitoral do estado, em seu artigo 77, a qual rezava que os cidadãos de ambos os sexos poderiam votar e serem votados. Com base nesta lei, uma mulher, a professora Celina Guimarães Viana, se alistou para o voto, sendo incluída na lista geral de eleitores (VAINSENCHE, 2019).

Frente a todos os aspectos históricos abordados, os últimos parágrafos escritos, apontaram para uma evolução da sociedade no tratamento a mulher, deixando a condição de ser objeto, escrava, para se tornar titular do direito ao voto, e,

¹² Transcrito do Site do TSE (Voto da mulher). In: BRASIL. Voto da mulher. Tribunal Superior Eleitoral. In: VOTO da mulher. In: PORTO, Walter Costa. **Dicionário do voto**. Brasília: UnB, 2000. p. 427-436. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleitor/glossario/termos/voto-da-mulher> Acessado em 12/03/19.

consequentemente, sinalizando que ficou no passado, nos anais da históricos o registro da mulher sem direitos e da pessoa feminina enquanto ferramenta para a satisfação sexual do ente masculino (HIGA, 2016).

Emerge necessário aos aspectos da História mundial apontar a figura memorável de Jesus Cristo; esta figura teve um relacionamento mais próximo das mulheres; quebrando vários paradigmas da época em que se registrou sua trajetória (nascimento 7-2 a.C morte 30-33 d.C) (PIBCG, 2017).¹³

Jesus diferente dos homens que lhe eram contemporâneos, tratava as mulheres com um olhar de amor, de respeito, permitindo inclusive que as mulheres participassem do seu ministério. Relatos bíblicos apontam para esta realidade, na qual a participação feminina era intensa na vida do Cristo. Em um desses relatos históricos Jesus estava em meio a um debate sobre divórcio, quando perguntado se o homem poderia repudiar sua mulher por qualquer motivo? Cristo responde que o homem deve se unir à uma mulher e ser única carne com ela, e este como sendo o único motivo que o homem deveria passar assim a repudiar sua esposa seria por traição sexual por parte dela (BÍBLIA, 2010).

O debate se deu, por uma razão bastante natural, que neste período histórico o homem mantinha relacionamentos sexuais além da sua esposa, era uma prática comum, porém a mulher não exercia tal prática e se praticasse seria repudiada pelo seu marido.

Cristo ao que parece põe a mão na balança e equilibra de alguma forma os relacionamentos entre o homem e a mulher, quando demonstra valor às mulheres, orientando ao homem que casar viver por toda vida com sua esposa.

No mesmo raciocínio de valorização da mulher, conhecemos do relacionamento feminino com o ministério de Jesus; mulheres que seguiam o Cristo e serviam Ele com seus bens. Pelo que se pode depreender das escrituras, as mulheres não apenas acompanhavam Jesus, como financiavam seu ministério (BÍBLIA, 2010)¹⁴.

Por último relato do aspecto histórico na era de Cristo que deva expor é do fato histórico da ressurreição de Jesus; quem estava as portas do túmulo para conferir se a ressurreição aconteceu realmente foi a mulher Maria Madalena (BÍBLIA, 2010)¹⁵.

¹³ Data extraída de: PIBCG **Quem é Jesus?** Primeira Igreja Batista em Campo Grande. 2017. Disponível em: <<https://www.pibcg.org.br/jesus/>> acessado em 17/03/19.

¹⁴ Lucas 8:2-3, Bíblia Sagrada Judaica.

¹⁵ João 20:1 e 11-16, Bíblia Sagrada Judaica.

Os relatos demonstram que nos primórdios da humanidade a mulher tinha um papel bastante secundário, com o dever de servir o homem; gerar filhos; e por vezes tratada como mero apetrecho sexual. Já na época de Jesus Cristo vimos mulheres com um papel mais efetivo naquela sociedade, com uma participação mais ativa na vida do homem.

As ciências da Psicologia e Psicanálise apresentam algumas teses que definiriam o comportamento humano; tal qual foi visto nos aspectos históricos desta pesquisa.

A Teoria da Personalidade¹⁶ (A MENTE É MARAVILHOSA, 2018) de Sigmund Freud¹⁷, a qual tinha como premissa que o homem era fruto do meio; em sua teoria da personalidade Freud explica em cinco modelos a personalidade humana. Em suma o médico entendia que a personalidade do ser humano é fruto do conflito entre os impulsos destrutivos e a busca pelo prazer (A MENTE É MARAVILHOSA, 2018). Considerando ainda o meio social em que o indivíduo estava inserido como entidade reguladora destes impulsos (EBIOGRAFIA, 2019).

Noutro sim, encontramos na Ciência as ideias de Viktor Frankl¹⁸, criador da Escola Psicológica da Logoterapia (RUANO, 2016); esta corrente da Psicologia possui viés existencial, sinaliza que o ser humano é fruto não do meio em que vive, mas como fruto da História, entretanto, o indivíduo é capaz de escrever sua própria História (LOGOTERAPIA, 2019)..

O médico Frankl defendia que o homem não está unicamente sujeito aos seus condicionamentos, mas a opção de decidir e agir ante as circunstâncias que permeiam sua existência, independente da privação de sua liberdade. Afirmou ainda que existe no homem um desejo e uma vontade de sentido (PEREIRA, 2007).

Nas palavras de Pamplona Filho (2001) à contra censo da evolução da sociedade desde os primórdios da humanidade, ainda na atualidade nos deparamos

¹⁶ Teoria da Personalidade, informações extraídas do artigo: A teoria da personalidade de Sigmund. In: A MENTE E MARAVILHOSA. Teoria da Personalidade, informações extraídas do artigo: A teoria da personalidade de Sigmund Freud. Maio 8, 2018: Disponível em: <<https://amenteemaravilhosa.com.br/teoria-da-personalidade-de-sigmund-freud/>>, Acessado em 17/03/19.

¹⁷ Sigmund Schlomo Freud (1856-1939), de origem judaica, médico neurologista criador da psicanálise. In: EBIOGRAFIA. Biografia de Sigmund Freud. 28 de jan de 2019. Disponível em: <https://www.ebiografia.com/sigmund_freud/> Acessado em 17 abr.2019.

¹⁸ Viktor Emil Frankl (1905-1997), judeu, médico, psicólogo e psiquiatra, criador da Escola Psicológica Logoterapia; In: LOGOTERAPIA. **Viktor Frankl - Logoterapia e Análise Existencial. Logoterapia Análise Existencial.** Viktor Emil Frankl. 2019. Disponível em: <<https://www.logoterapia.com.br/conteudo.php?cod=logoterapia>> Acessado em 24 abr. 2019.

com abusos sexuais contra mulheres semelhantes aos que conhecemos nos meandros da História no passado; assim conheceremos nos tópicos seguintes o “Crime de Assédio Sexual contra Mulher no Trabalho” (MAGGIO, 2015).

3 ASSÉDIO SEXUAL NA ATUALIDADE

O assédio sexual, conforme definição do dicionário Michaelis¹⁹ é: a insistência inoportuna com intenções sexuais; constrangimento em alguém com o intuito de obter favorecimento sexual, prevalecendo o agente de sua condição de superior hierárquico (MICHAELIS, 2019).

A legislação pátria criminal veio abordar sobre assédio sexual, apenas no ano de 2001, quando criando o referido tipo penal pela Lei Federal 10.224/01 (BRASIL, 2001).

O atualmente positivado “crime de assédio sexual”; é uma roupagem nova para um crime antigo, como discorrido no tópico dos aspectos históricos do presente trabalho.

A prática criminosa do assédio, é muito mais ampla que o tipo penal descrito na lei 10.224/01 (BRASIL, 2001). Nas palavras do professor Pamplona Filho (PAMPLONA FILHO, 2001)²⁰, assédio sexual é toda conduta de natureza sexual não desejada que, embora repelida pelo destinatário, é continuamente reiterada, tolhendo-lhe a liberdade sexual (BRASIL, 2001).

O problema em que se discorre neste pergaminho científico é uma dialética diretamente ligada a dogmas que transcendem positivar um crime, trata do direito de dispor do corpo; de valores morais e éticos, no qual a ciência possivelmente passará bons tempos tratando do tema e apresentando soluções ao caso.

3.1 CRIME DE ASSÉDIO SEXUAL À LUZ DO DIREITO DO TRABALHO

¹⁹ <https://michaelis.uol.com.br/>

²⁰ Rodolfo Pamplona Filho, juiz do Trabalho na Bahia, professor titular de Direito Civil e Direito Processual do Trabalho da Universidade Salvador (UNIFACS), coordenador do Curso de Especialização Lato Sensu em Direito Civil da UNIFACS, mestre e doutor em Direito do Trabalho pela PUC/SP, especialista em Direito Civil pela Fundação Faculdade de Direito da Bahia, é autor de diversas obras jurídicas. In: PAMPLONA FILHO, R. Assédio sexual - Iag Usp. Pamplona_Juiz Trabalho. 2001. Disponível em: <http://www.iag.usp.br/sites/default/files/jusnavigandi_assedio-sexual.pdf Acessado em 15 abr. 2019

O labor traz uma certa dignidade ao ser humano, uma vez que ao perceber renda pelo que produz, este indivíduo prove o seu sustento e família.

O Dicionário Priberam ²¹ define trabalho como sendo: ato de trabalhar; qualquer ocupação manual ou intelectual (PRIBERAM, 2019).

Originalmente o termo trabalho nasce do latim *tripalium*, que remete a instrumento de tortura; aquilo que fatiga o homem, e ou, provoca dor (PORTO EDITORA, 2019).

Nas palavras de Kant (1996), o ser humano é o único animal voltado ao trabalho. Na ótica de Marx (1998). trabalho é prolongamento da atividade nata do homem, porém noutra momento, conclui que a força de trabalho é uma mercadoria; onde para viver o proletário vende o capital.

Em 1919, foi criada a Organização Internacional do Trabalho – OIT/BR (s.d.)²², entidade que instituiu o “Trabalho Decente”; sua definição abrange a promoção de oportunidades iguais para mulheres e homens no mundo para conquistar um trabalho produtivo, adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança e capaz de garantir uma vida digna (OIT/BR, s.d.).

Na definição da OIT o “trabalho decente” é o eixo central para onde agrega-se os quatros objetivos estratégicos da OIT/BR “a) respeito às normas internacionais do trabalho, em especial aos princípios e direitos fundamentais do trabalho; b) promoção do emprego de qualidade; c) extensão da proteção social; d) fortalecimento do diálogo social” (OIT/BR, s.d.).

A legislação pátria prevê que cabe ao empregador zelar pela incolumidade física de seus empregados (BRASIL, 1943) e proporcionar aos mesmos um ambiente de trabalho adequado em todos os sentidos, o dever ora descrito está estabelecido na Legislação Trabalhista brasileira (BRASIL, 1943), como também na Constituição Federal da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988).

A Carta Magna no caput, do artigo 1º, leciona, como um dos fundamentos da República, a dignidade da pessoa humana (BRASIL, 1988). Também em seu artigo 5º, caput, versa sobre o direito à vida e segurança; já no seu artigo 6º, caput, qualifica como direito social o trabalho, o lazer e a segurança (BRASIL, 1988). Não menos

²¹Definição de "trabalho", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, acessada no sítio da rede mundial de computadores no endereço: <https://dicionario.priberam.org/trabalho> Acesso 17 mar. 2019.

²²Entidade internacional parte da ONU, criada com objetivo de promover a justiça social. In: ONU/BR. **OIT - Organização Internacional do Trabalho**. (s.d.). Disponível em <<https://nacoesunidas.org/agencia/oit/>> Acessado em 17 mar. 2019.

importante o artigo 225, caput, também da CF/88, garante a todos um meio ambiente ecologicamente equilibrado e, no inciso V, incumbe ao Poder Público o dever de controlar a produção, comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente (BRASIL, 1988).

Embora a Constituição Federal de 1988, não esteja positivado o termo “assédio sexual”, restou evidente que tudo aquilo que venha ferir a dignidade da pessoa humana; tudo que contrarie um ambiente de trabalho minimamente digno, saudável e seguro fere a Carta Constituinte (BRASIL, 1988).

Objetivamente no tópico em comento o assédio sexual à luz do Direito do Trabalho, vemos que a o compêndio de normas do trabalho não criminalizam e sequer abordam o “crime de assédio sexual”; exatamente no termo “assédio sexual no trabalho” (HIGA, 2016).

A Consolidação das Leis do Trabalho foi promulgada no ano de 1943 e portanto, infere-se que assédio sexual é crime relativamente novo (BRASIL, 1943). Mas a CLT em seu artigo 483, alínea e, prevê a possibilidade da rescisão do contrato de trabalho por iniciativa do empregado. Nestes termos versa a lei, art. 483, alínea e, CLT/43 “praticar o empregador ou seus prepostos, contra ele ou pessoas de sua família, ato lesivo da honra e boa fama” (BRASIL, 1943).

Portanto, a prática de assédios sexual contra o empregado afeta sua honra, sua dignidade sexual. Sendo a forma que a CLT se aplica ao caso em comento (BRASIL, 1943).

3.2 ASSÉDIO SEXUAL TÍPICAÇÃO CRIMINAL

O Código Penal brasileiro é instrumento normativo, a reunião sistemática de tipos penais incriminadores; que regulam as relações humanas, com intuito de punir e coibir infrações penais cometidas no âmbito social que infrinjam o ordenamento jurídico pátrio (BRASIL, 2018).

O dispositivo legal, artigo 216-A, que criminaliza o assédio sexual, como já dito, foi introduzido em nosso sistema normativo pela lei 10.224/01, com a seguinte redação: “Constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função” (BRASIL, 2001).

3.3 CRIME DE ASSÉDIO SEXUAL NO DIREITO PROCESSUAL PENAL

O assédio sexual tipificado no artigo 216-A, caput, Código Penal; não se aplica o Código de Processo Penal, por este tipo penal crime de menor potencial ofensivo, com a pena máxima em abstrato em 2 (dois) anos, seguindo portando o procedimento do rito sumaríssimo da lei 9099/95, processado e julgado pelo Juizado Especial Criminal – JECRIM (BRASIL, 1995).

Diferente do tratamento dado ao que prevê ao §2º, art.216-A, que aumenta a pena em até um terço, se o crime for cometido em face de menor de 18 (dezoito) anos. Sendo neste caso, julgado a luz do Processo Penal pelo procedimento do rito sumário (BRASIL, 2018).

3.4 ASSÉDIO SEXUAL À LUZ DA LEI 9099/95, LEI DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS

Desde a promulgação da lei 11.313/2006 que modificou os artigos 60 e 61 da lei 9099/95, os crimes de menor potencial ofensivo passaram a ser julgados pelo JECRIM (BRASIL, 2006).

No caso em comento, o assédio sexual, crime com pena máxima em abstrato de 2 (dois) anos, pelo caput do art. 216-A, é julgado, portanto, a luz do JECRIM (BRASIL, 2018).

Conforme Maggio (2015) o assédio sexual é um crime de “ação penal pública condicionada à representação da vítima”, exceto nos casos em que envolva menor de 18 (dezoito) anos.

3.5 PESQUISAS SOBRE ASSÉDIO SEXUAL CONTRA MULHER NO TRABALHO

Os atos naturalmente reprovados pela sociedade, não conhecidos apenas pela reprimenda do estado juiz; mas as pesquisas apresentam a realidade no dia a dia do expediente enfrentada pelas mulheres no trabalho. Conforme serão apresentados a seguir.

Segundo dado OIT, mais de 50% das mulheres trabalhadoras em todo o mundo já sofreram assédio sexual e somente 1% dos casos é denunciado (BRASIL, 2011)²³.

O instituto Data Folha (2018), em pesquisa informa que O assédio no trabalho foi relatado por 15% das brasileiras, incluindo as formas de assédio físico (2%) e verbal (11%)²⁴.

Pelo Instituto Locomotiva (2016), “59%” das mulheres que participaram da pesquisa, declararam que já sofreram assédio por um superior no trabalho²⁵, a pesquisa ainda destaca que 3 (três) em cada 10 (dez) mulheres trabalhadoras no Brasil já foram assediadas por um superior no trabalho; dado que representa quase 12 (doze) milhões de mulheres vivenciaram ASSÉDIO por um superior de cargo no trabalho (DATAFOLHA, 2018).

O Instituto Delloite (2016) traz dados muitos pertinentes, no tocante a mulheres em posição de liderança no mundo e no Brasil. Segundo a pesquisa no ano de 2015 as mulheres que ocupavam cargo em conselhos diretivo de empresas no mundo correspondia a (12%) no ano de 2017 (15%) e no Brasil no ano de 2015 (6.3%) no ano de 2017 (7.7%). No brasil dentre 64 (sessenta e quatro) empresas pesquisadas (1,5%) apenas dos conselhos são chefiadas por mulheres.

Pela clareza das informações fornecidas nas pesquisas restou evidente que, no tocante a posição das mulheres na sociedade, em igualdade aos homens ainda deverá evoluir muito mais, imagina-se que essa mulher em posição ainda inferior a posição dos homens na sociedade associado a fatores outros implicam no resultado do grande número de assédio sofrido por mulheres.

²³ Dado extraído da Cartilha de Assédio Moral e Sexual do Senado Federal brasileiro. BRASIL. **Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça. (Ata da Comissão Diretora de 13 de julho de 2011). Assédio Moral E Sexual.** Senado Federal. 2011. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/publicacoes/cartilha-assedio-moral-e-sexual>> acessado em 7 mai. 2019.

²⁴ Pesquisa de Opinião do Instituto Data Folha, publicada em dezembro do ano 2018. DATA FOLHA. **42% das mulheres brasileiras já sofreram assédio sexual.** Pesquisa de Opinião do Instituto Data Folha. São Paulo. 11/01/2018. Disponível em: <<https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2018/01/1949701-42-das-mulheres-ja-sofreram-assedio-sexual.shtml>> Acessado em 24 abr. 2019.

²⁵ Pesquisa do Instituto Locomotiva. In: INSTITUTO LOCOMOTIVA. **Brasileiras: como elas estão mudando o rumo do país.** Pesquisa do Instituto Locomotiva, Pesquisa e Estratégia. Pg.24-25. 2016. Disponível em: <<https://movimentomulher360.com.br/wp-content/uploads/2016/12/Apresentac%CC%A7a%CC%83o-Brasileiras-Instituto-Loocomotiva.pdf>> Acessado em 18 mar.2019.

4 CRIME DE ASSÉDIO SEXUAL CONTRA MULHER NO TRABALHO

4.1 O QUE É ASSÉDIO SEXUAL NO TRABALHO?

Como bem definiu o dicionário Michaelis (2019), o assédio é a insistência impertinente em relação a outrem, com declarações, propostas, pretensões entre outros comportamentos de imposição sobre alguém.

O tipo penal do artigo 216-A do Código Penal do Brasil (BRASIL, 2018), define na ótica do legislador o assédio sexual no trabalho; como sendo constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função (BRASIL, 2018). Assim, resta clarividente que o assédio sexual no trabalho reúne a definição do “assédio sendo praticado na relação de trabalho”; deve ficar bastante evidente que o assédio sexual só aceita aplicação do tipo penal se ocorrer por imposição e um superior hierárquico em face da vítima inferior ao abusador; em outra condição caberá ao caso aplicação de tipos penais mais favoráveis que não seja o assédio sexual na definição do artigo 216-A, Código Penal (BRASIL, 2018).

Com a criação do tipo penal no ano de 2001; o legislador atendeu a um anseio da sociedade que precisava punir o abusador.

O comportamento do abusar possivelmente tenha alguma relevância neste contexto jurídico, explicitado pela ciência da psicologia. Pelo trabalho de Foucault,(1993) que o discurso científico da anatomia, e a produção de significação a que ele visa, se pauta, segundo citação da autora Maria Cristina Poli (2007)²⁶, conforme o seguinte postulado: “todo o visível é enunciável e é inteiramente visível, porque é integralmente enunciável.” Esta compreensão absolvida do discurso transcrito, nos leva ao olhar da exclusão do sujeito e significação sexual; nas palavras da autora Maria Cristina Poli (2007) “trata-se de uma significação externa ao sujeito: um saber universal ao qual cada ser sexuado busca se adequar; saber instrumental

²⁶ Obra: Feminino / masculino. – Rio de Janeiro, 2007. pg. 63.

que organiza jogos de poder, reduzindo o sujeito à condição de objeto de seu gozo” (POLI, 2007).

Nesta dicotomia em que se apresenta algoz e vítima; o primeiro busca por meio do poder conquistar um favor sexual; por vez esse, não sinta capacidade de conquistar a mulher da forma adequada; por outro lado a segunda se encontra em situação de ser reduzida a nada, pois o constrangimento que lhe é imposto pelo seu superior lhe deixa em condições de poucas escolhas; ceder ou perder. O abusador, quiçá seja refém de sua própria lascívia, aquele que não consegue olhar para uma mulher e ver a mesma como ser humano, membro de uma sociedade livre, sociedade esta que é feita de escolhas. Mas na ótica do abusador a vítima é meramente objeto para atender seus desejos, custe o que custar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo aqui em conclusão atingiu o objetivo proposto que foi: abordar o tema “Assédio Sexual contra Mulher no Trabalho” em caráter exploratório, por meio da pesquisa bibliográfica; e culminou na "pesquisa in loco" onde o pesquisador realizou “o estudo de caso” concreto de assédio sexual no trabalho da parte de um empresário contra uma funcionária, e descreveu e analisou a trajetória do fato em processo.

Foi respondida a questão da pesquisa, a saber: quais elementos históricos da realidade que solidificaram o assédio sexual da mulher? Para tanto foi realizada uma abordagem histórica do tratamento abusivo da cultura machista em face da mulher desde a antiguidade, e que tal fator reflete no conceito moderno de assédio sexual.

A problemática da pesquisa se revelou que na História se deixou um grande rastro de tratamento de inferioridade, e menor importância que tinha a mulher. Sendo estes aspectos sociais a conexão temporal linear do passado ao presente onde a mulher ainda sofre exploração de seu gênero com ênfase no assédio.

A pesquisa esclareceu que ao acessar a História, restou evidente que a mulher tinha um papel de menor ou nenhuma importância na sociedade; que não fosse servir o homem e gerar filhos. Isso se perpetuou desde os tempos bíblicos, dos filósofos gregos, passando pelo período da escravidão, onde se apresentou um tratamento mais degradante a mulher até tempos mais remotos, pouco se evoluiu o tratamento a mulher e o freio ao assédio.

Constatou-se que a ciência jurídica postou para regular as relações do homem em sociedade; por meio do anseio desta sociedade passou a regular o caso de assédio no Brasil a partir do Direito Penal. Quando este ramo jurídico veio tipificar o assédio sexual como crime contra a liberdade sexual da mulher e acrescido de outros ramos do direito passaram a acolher a tipicidade do direito penal de forma a punir pecuniariamente o abusador. Assim aconteceu no Direito do Trabalho e no Direito Civil.

Se fez perceptível que a ótica do legislador nacional, pouco evoluiu em face da gravidade do crime de assédio sexual; como descrito pelo tratadista Damásio de Jesus (2012), o assédio traz como consequência assim ensina o professor, segundo ele, de acordo com Emídio José Magalhães (JESUS, 2012), há unanimidade no sentido de que as consequências que acompanham a conduta do assédio repercutem principalmente na saúde da vítima (JESUS, 2012), causando diversas doenças psicossomáticas, tais como: ansiedade, irritabilidade, depressão, insônia, fadiga, entre outras perturbações. A tratativa do crime de assédio sexual como sendo de menor potencial ofensivo, que não irá encarcerar qualquer abusador, pois com fulcro do artigo 76, da lei 9099/95 (BRASIL, 1995) não passará de um serviço comunitário, de prestação de cestas básicas ou noutra condição a condenação em pena de multa. Não parece ser desestimulador as consequências trazidas pelo tipo penal incriminador.

E por fim, o que se espera é que o estado legislador, possa rever o tipo penal, olhar os dados das pesquisas, ver quantas mulheres são abusadas em seu ambiente laboral, e aplicar a pena merecida aquele que não evoluiu em seu espírito, ao ponto de respeitar a mulher, tratando esta como se fosse um objeto para sua satisfação sexual, pois nesta dicotomia o poder está nas mãos do superior hierárquico.

A função daquele que se propõe a participar da comunidade científica, além de apresentar o problema; demonstrar as ferramentas metodológicas utilizadas, é propor solução ao caso estudado.

Este estudo é o marco inicial das pesquisas sobre o tema exposto nos capítulos antecedentes, com vistas à continuidade em caráter de pós-graduação *stricto sensu* em um próximo nível, leia-se, mestrado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A MENTE E MARAVILHOSA. **Teoria da Personalidade, informações extraídas do artigo: A teoria da personalidade de Sigmund Freud.** Maio 8, 2018: Disponível em: <<https://amenteemaravilhosa.com.br/teoria-da-personalidade-de-sigmund-freud/>, Acessado em 17 mar. 2019,.

ARAÚJO, Paulo Jeyson Gomes. **Assédio sexual no âmbito das relações de trabalho.** Publicado em 08/2013. 14 de ago de 2013. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/24329/assedio-sexual-no-ambito-das-relacoes-de-trabalho/2>> Acessado em 16 mar. 2019.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: 1. fatos e mitos.** 4. ed. Tradução Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BECKLES, Hilary MCD. **OS DOMÍNIOS DO PRAZER: A mulher escrava como mercadoria sexual.** Era da Escravidão. Pg.3. Outros Tempos Volume 8, nº 12, dez. de 2011 – Dossiê História Atlântica e da Diáspora Africana. Disponível em: <https://www.outrostempos.uema.br/OJS/index.php/outros_tempos_uma/article/download/62/49.> Acessado em 16 mar. 2019,.

BÍBLIA. **BÍBLIA JUDAICA Completa: o Tanakh, e a B'rit Hadash.** Tradução do original para inglês: David H. Stern; tradução para português Rogério Portella; Celso Eronides Fernandes. – São Paulo: Editora Vida, 2010.

BRASIL. **ASSÉDIO Moral e Sexual.** Programa Pró-Equidade De Gênero E Raça. 14 Cartilha. (Ata da Comissão Diretora de 13 de julho de 2011. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/proc-publicacoes/cartilha-assedio-moral-e-sexual>> Acessado em 16 mar. 2019,.

_____. **Voto da mulher.** Tribunal Superior Eleitoral. In: VOTO da mulher. In: PORTO, Walter Costa. Dicionário do voto. Brasília: UnB, 2000. p. 427-436. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleitor/glossario/termos/voto-da-mulher> Acessado em 12 mar. 2019,.

_____. **Código Penal art. 216-A** (Vade Mecum Saraiva OAB/obra coletiva de autoria da Editora Saraiva com a colaboração de Livia Céspedes e Fabiana Dias da Rocha-14. ed. Atual. ampl. - São Paulo: Saraiva, 2018.

_____. **Código de Processo Civil Artigo 373, Inciso, I, do Código de Processo Civil.** - Biblioteca do Senado Federal. 2016. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/517855/CPC_9ed_2016.pdf?sequence=3> Acessado em 16 mar 2019.

_____. **Decreto nº 21.076 de 24 de fevereiro de 1932.** Portal da Câmara Leg. Este Código regula em todo o país o alistamento eleitoral e as eleições. 1932. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21076-24-fevereiro-1932-507583-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acessado em 16 mar. 2019,.

_____. **Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. CLT. Consolidação das Leis do Trabalho.** 1943. Disponível em: <<https://www.camara.gov.br/sileg/MontarIntegra.asp?CodTeor=320614>> Acessado em 16 mar. 2019,.

_____. **Constituição de 1934.** Biblioteca do Senado Federal. 1934 / Ronaldo Poletti. 3. ed. Brasília: Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012. 162 p. (Coleção Constituições brasileiras; v. 3) Senado. 1934. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/137602/Constituicoes_Brasileiras_v3_1934.pdf> Acessado em 16 mar. 2019,.

_____. **Lei nº 10.224, de 15 de maio de 2001.** Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para dispor sobre o crime de assédio sexual e dá outras providências. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2001/lei-10224-15-maio-2001-332602-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acessado em 30 mar. 2019.

_____. **lei nº 13.718, de 24 de setembro de 2018 - Publicação Original. Introduz modificações nos crimes contra a dignidade sexual.** Disponível em: <

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2018/lei-13718-24-setembro-2018-787192-publicacaooriginal-156472-pl.html>> Acessado em 3 abr. 2019.

_____. **Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995.** Câmara dos Deputados. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1995/lei-9099-26-setembro-1995-348608-normaatualizada-pl.pdf>> Acessado em 3 abr. 2019.

_____. **Lei 9099/95. Art. 61 / 76. Lei dos Juizados Especiais** (Vade Mecum Saraiva OAB/obra coletiva de autoria da Editora Saraiva com a colaboração de Livia Céspedes e Fabiana Dias da Rocha-14. ed. Atual. ampl. - São Paulo: Saraiva, 2018.) pg.1850.

_____. **Lei nº 11.313, de 28 de junho de 2006.** MPP. Altera os arts. 60 e 61 da Lei no 9.099, de 26 de setembro de 1995, e o art. 2º da Lei no 10.259, de 12 de julho de 2001, pertinentes à competência dos Juizados Especiais Criminais, no âmbito da Justiça Estadual e da Justiça Federal. 2006. Disponível em: < https://www2.mppa.mp.br/sistemas/gcsubsites/upload/40/legislacao_federal_lei-11313.pdf> Acessado em 6 abr. 2019.

_____. **Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça.** (Ata da Comissão Diretora de 13 de julho de 2011). Assédio Moral E Sexual. Senado Federal. 2011. Disponível em: <Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/proc-publicacoes/cartilha-assedio-moral-e-sexual>> acessado em 7 mai. 2019.

CANGUILHEM, Georges. **O normal e o patológico.** 6ª edição / 2ª reimpressão— 2009. © *Copyright*. 1966, Presses Universitaires de France Traduzido de: *Le Normal et le Pathologique*. Editoração eletrônica: Rio Texto. Tradução de Mana Thereza Redig de Carvalho Barrocas; revisão técnica Manoel Barros da Motta; tradução do pós-fácio de Piare Macherey e da apresentação de Louis Althusser, Luiz Otávio Ferreira Barreto Leite. - 6.ed. rev. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

CUNHA, Joana; VAZ, Tatiana; MARQUES, Jairo. **Presença feminina ainda é pequena na liderança de grandes empresas. Contratação de transexuais e outras minorias é o principal desafio das corporações no ano.** [...] [...]. Folha de

São Paulo. 12 mar. 2018. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/03/presenca-feminina-ainda-e-pequena-na-lideranca-de-grandes-empresas.shtml>> Acessado em 12 abr. 2019. informações sobre matéria jornalística Folha de São Paulo) traz dados sobre a mulher na liderança de grandes empresas.

DATA FOLHA. **42% das mulheres brasileiras já sofreram assédio sexual.** Pesquisa de Opinião do Instituto Data Folha. São Paulo. 11/01/2018. Disponível em: <<https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2018/01/1949701-42-das-mulheres-ja-sofreram-assedio-sexual.shtml>> Acessado em 24 abr. 2019.

DELOITTE. **Women in the boardroom. Uma perspectiva global.** 5ª edição da pesquisa global da Deloitte. Pesquisas Estudo do Instituto Delloite. 2016. Disponível em: <<https://www2.deloitte.com/br/pt/pages/risk/articles/women-in-the-boardroom5th-edition.html>> Acessado em 18 mar.2019.

DIREITOS HUMANOS. **Declaração dos direitos da mulher e da cidadã – 1791.** Olympe de Gouges. (França, Setembro de 1791) (ler e citar o importante). Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-antiores-%C3%A0-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1919/declaracao-dos-direitos-da-mulher-e-da-cidada-1791.html>> Acessado em 14 mar. 2019,

EBIOGRAFIA. **Biografia de Sigmund Freud.** 28 de jan de 2019. Disponível em: <https://www.ebiografia.com/sigmund_freud/> Acessado em 17 abr.2019.

ESTEFAM, André. **Crimes Sexuais – comentários a lei 12.015/09.** São Paulo: Saraiva, 2009. Pg. 53.

FOUCAULT, Michel. **A política do corpo e a expansão da anatomia moderna.** Physis [online]. 1993, vol.3, n.2.

HIGA, Flávio da Costa. Assédio sexual no trabalho e discriminação de gênero: duas faces da mesma moeda? **Revista Direito G.V.** São Paulo | V. 12 N. 2 | 484-515 | MAI-

AGO 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rdgv/v12n2/1808-2432-rdgv-12-2-0484.pdf>> acessado em 12 mar. 2019,.

HIGA, Flávio da Costa. **Assédio Sexual No Trabalho E Discriminação De Gênero: Duas Faces Da Mesma Moeda?** Flávio da Costa Higa, pg. 485. 2016.

INSTITUTO LOCOMOTIVA. **Brasileiras: como elas estão mudando o rumo do país.** Pesquisa do Instituto Locomotiva, Pesquisa e Estratégia. Pg.24-25. 2016. Disponível em: <<https://movimentomulher360.com.br/wp-content/uploads/2016/12/Apresentac%CC%A7a%CC%83o-Brasileiras-Instituto-Locomotiva.pdf>> Acessado em 18 mar.2019.

JESUS, Damásio de. **Código Penal Anotado.** 21. ed. – São Paulo: Saraiva, 2012. Pg.873. Código Penal Anotado.21. ed. – São Paulo: Saraiva, 2012. Pg.873.

KANT, I. **Sobre a Pedagogia.** Tradução: Fontanella, F.C. Piracicaba: Unimep, 1996.

LIMA, kewri Rebeschini de, Assédio Sexual no Trabalho. Brasil. **Revista Eletrônica do TRT** [...]. Revista Eletrônica TRT 23. 2014, Disponível em: <<http://www4.trt23.jus.br/revista/content/ass%C3%A9dio-sexual-no-trabalho>> Acessado em 14 mar. 2019,.

LOGOTERAPIA. **Viktor Frankl - Logoterapia e Análise Existencial.** Logoterapia Análise Existencial. Viktor Emil Frankl. 2019. Disponível em: <<https://www.logoterapia.com.br/conteudo.php?cod=logoterapia>> Acessado em 24 abr. 2019.

MAGGIO, Vicente de Paula Rodrigues. **O crime de assédio sexual.** JUSBRASIL [...]. 2015, Disponível em: <<https://vicentemaggio.jusbrasil.com.br/artigos/121942480/o-crime-de-assedio-sexual>> Acessado em 2 abr. 2019.

MARX, Karl. **O Capital. Volume 1** - Parte III. 1867. Editora: Civilização Brasileira; Edição: 20ª. 1998. 574 páginas

MICHAELIS. **Verbetes: Assédio sexual. Dicionário Michaelis.** Dicionário acessado no sítio eletrônico do editor. Editora Melhoramentos Ltda. 2019. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/busca?id=Gp7M>> acessado em 24 abr. 2019.

MICHAELIS. **Verbetes: Poranduba. Dicionário Michaelis.** Dicionário acessado no sítio eletrônico do editor. Melhoramentos. Editora Melhoramentos Ltda. 2019. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/busca?id=vkW97>> Acessado em 24 abr. 2019.

NORMAS E REGRAS. **Citação Direta e Citação Indireta nas Regras – Normas ABNT.** Artigo, 2019. Disponível em: <<https://www.normaseregras.com/normas-abnt/citacao-direta-indireta/>,> acesso em 18 maio 2019.

ONU/BR. **OIT - Organização Internacional do Trabalho. (s.d.).** Disponível em <<https://nacoesunidas.org/agencia/oit/>> Acessado em 17 mar. 2019.

PAMPLONA FILHO, R. **Assédio sexual - IAG USP.** Pamplona_Juiz Trabalho. 2001. Disponível em: <http://www.iag.usp.br/sites/default/files/jusnavigandi_assedio-sexual.pdf> Acessado em 15 abr. 2019

PEREIRA Ivo Studart. **A vontade de sentido na obra de Viktor Frankl.** Psicol. USP v.18 n.1 São Paulo mar. 2007. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-51772007000100007> acessado em 17 abr. 2019.

PIBCG. **Quem é Jesus?** Primeira Igreja Batista em Campo Grande. 2017. Disponível em: <<https://www.pibcg.org.br/jesus/>> acessado em 17 mar. 2019,.

PINTO, Welington Almeida. **Assédio Sexual No Ambiente De Trabalho.** (Legislação Brasileira Livro 2). Legislação Brasileira Vigente. 2014. Disponível em: <http://lelivros.love/book/baixar-livro-assedio-sexual-no-ambiente-de-trabalho-legislacao-brasileira-livro-2-pinto-welington-almeida-em-pdf-epub-mobi-ou-ler-online/>> Acessado em 15 mar. 2019,.

POLI, Maria Cristina. **Livro de Psicologia Feminismo / Masculino.** (Poli, Maria Cristina. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007. (Passo-a-passo; v.76)

PORTO, Walter Costa. **Voto da mulher.** In: VOTO da mulher. In: Dicionário do voto. Brasília: UnB, 2000. p. 427-436. Disponível em <<http://www.tse.jus.br/eleitor/glossario/termos/voto-da-mulher>> Acessado em 12 mar. 2019.

PRIBERAM. **Verbetes: Trabalho.** Dicionário Priberam da Língua Portuguesa: 2019. Disponível em <<https://dicionario.priberam.org/trabalho>> Acesso 17 mar. 2019.

ROTA DOS FEMINISMOS. **Termo Assédio Sexual (USA) 1970. Rota dos Feminismos contra o Assédio Sexual.** acessado no sítio eletrônico Disponível em: <https://sites.google.com/site/rotadosfeminismos/home_pt/diario-de-bordo/olhar-historico> Acessado em 17 mar.2019.

RUANO, Eduardo. **Viktor Emil Frankl (1905-1997), judeu, médico, psicólogo e psiquiatra, criador da escola psicológica Logoterapia.** Eduardo Ruano - 20 jul 2016. Disponível em: <<https://www.contioutra.com/viktor-frankl-e-a-psicologia-do-sentido/>> Acessado em 17 mar. 2019.

VAINSENER, Semira Adler. **Celina Guimarães Viana.** Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 2019. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=527%3Acelina-guimaraes-viana&catid=38%3Aletra-c&Itemid=1>. Acesso em: 06 abr. 2019.